a coleção do Conde da Barca era um bem do governo português e tinha sido adquirida em pagamento de dívidas. O trecho indica, também, a origem e o valor histórico dos livros dessa coleção.

17. Anais, v. 11, p. 18.

- 18. Outros Regulamentos houve, ainda no século XIX, na tentativa de acompanhar o crescimento da BN: o de 4 de março de 1876, o de 13 de outubro de 1890, o de 27 de dezembro de 1892 e o de 8 de agosto de 1894. O mais importante deles só apareceu no século seguinte, em 1911, na gestão de Manuel Cícero. Dele falaremos no momento oportuno. Foi o primeiro que causou um sério impacto cultural na Biblioteca.
- 19. Alguns autores dizem que esse empréstimo foi de 1,5 milhão de libras esterlinas. No documento original, manuscrito, datado de 29 de agosto de 1825 e assinado por Luiz José de Carvalho e Mello, Barão de Sto. Amaro e Francisco Villela Barboza, a quantia especificada é de 2 milhões de libras. (Bibl. Nacional, Divisão de Manuscritos, I 31, 33, 22 nº 8.)

20. Rocha Martins, A Independência do Brasil, Lisboa, 1926, p. 331 a 394.

21. Há quem afirme, porém, que o velho prédio da Biblioteca foi demolido e que a atual Escola de Música da UFRJ foi construída no mesmo local (Bittencourt Feijó, Vida de Manuel Cícero Peregrino da Silva, Rio de Janeiro, MEC/SD, 1967, p. 65).

22. Atualmente o busto de Frei Camillo se encontra na Sala de Periódicos.

23. Anais, v. XI, 1883-1884, pp. 502-584.

24. Ib. pp. 109-11.

25. Anais, v. 11 (1883-84), p. 31.

26. Para que o leitor tenha idéia da monumentalidade desse catálogo, transcrevemos em seguida o seu plano. Trata-se de um trabalho que já atravessou diversas gerações de pesquisadores, e tão cedo não chegará ao seu término tal a quantidade de manuscritos guardados na Biblioteca relativos aos diversos estados brasileiros.

Os títulos sublinhados são os que já foram publicados até o ano de 1992. Vol. I: *Brazil em Geral* (2 tomos): volumes IV (1877), V (1879), X (1882), XV (1887), XVIII (1896) e XXIII (1901).

Vol. II: Amazonas e Pará.

Vol. III: Maranhão: volumes 66, 67 (1948) e 70 (1950). Desse vol. fazem parte Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, ainda não publicados.

Vol. IV: Pernambuco: volume 71 (1951). Do mesmo volume, ainda em preparação: Alagoas e Sergipe.

Vol. V: Bahia: volume 68 (1949).

Vol. VI: Espírito Santo: volume 101 (1981) e Rio de Janeiro: volumes 102 (1982), 104 (1984) e 106 (1986).

Vol. VII: São Paulo: vol. 74 (1953).

Vol. VIII: Paraná: volume 74 (1953), Santa Catarina, volume 98 (1978) e Rio Grande do Sul: volume 99 (1979).

Vol. IX: Minas Gerais: volume 65 (1943), I parte. A II parte está em preparo.

Vol. X: Goiás.

Vol. XI: Mato Grosso.